



<http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2023.1.41383>

SEÇÃO: ARTIGOS E ENSAIOS

Serviço Social e formação em tempos de crise do capital e de pandemia¹

Social Work and training in times of capital crisis and pandemic

**Laina Jennifer Carvalho
Araújo²**

orcid.org/0000-0002-8277-4960
laina5411@gmail.com

**Edna Maria Goulart
Joazeiro²**

orcid.org/0000-0003-1998-4532
ednajoazeiro@ufpi.edu.br

Recebido em: 27 jul. 2021.

Aprovado em: 7 nov. 2022.

Publicado em: 24 fev. 2023.

Resumo: No Brasil, os retrocessos gerados pela crise capitalista no âmbito dos direitos sociais e das políticas sociais se intensificaram no contexto da crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19, que desnudou as desigualdades sociais e consequentemente tem levado ao crescimento das necessidades sociais e de saúde dos segmentos da população. Essa conjuntura tem apresentado desafios a serem enfrentados no âmbito da intervenção, da ciência, da educação superior, da pesquisa e da formação, com destaque para a formação profissional *do e no* Serviço Social. É neste contexto que buscamos refletir sobre a formação profissional do assistente social, dando-se nas interfaces entre o processo formativo *da e na* universidade, e o fazemos mediado pelo desafio de construir propostas para o enfrentando no tempo presente desse contexto de crise do capitalismo e de pandemia da COVID-19. Trata-se de uma discussão analítica e conceitual com base na literatura especializada da temática.

Palavras-chave: formação profissional; crise; pandemia; educação; política pública.

Abstract: In Brazil, the setbacks generated by the capitalist crisis in the scope of social rights and social policies have intensified in the context of the health crisis caused by the COVID-19 pandemic, which exposed social inequalities and consequently has led to the growth of social and health needs segments of the population. This situation has presented challenges to be faced in the sphere of intervention, science, higher education, research and training, with emphasis on professional training in and in Social Service. It is in this context that we seek to reflect on the professional training of social workers, taking place at the interfaces between the educational process of and at the university, and we do so mediated by the challenge of building proposals for facing this context of crisis of capitalism and of the COVID-19 pandemic. This is an analytical and conceptual discussion based on the specialized literature on the subject.

Keywords: professional qualification; crisis; pandemic; education; public policy.

Introdução

A multiplicidade de dimensões marca de modo inelutável a trama da realidade social à medida que está submetida à instabilidade na manutenção das políticas públicas e sociais diante do contexto de crise conjuntural e estrutural do capitalismo, que tem marcado e fragilizado a dimensão universal das políticas sociais e que se adensaram no contexto da pandemia da COVID-19 "configurando-se como a maior crise sanitária da humanidade" (SOARES; CORREIA; SANTOS, 2021, p. 119) cujo número de



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Esse artigo é produto financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Código de financiamento: 001.

² Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil.

vítimas fatais decorrentes desse agravo ultrapassa mais de 600 mil "devido à escassez de ações governamentais consonantes às propostas dos especialistas da área da saúde e da Organização Mundial da Saúde – OMS mesmo após um ano de pandemia" (CARDOSO; CANÊO, 2021, p. 77).

Na perspectiva de Irineu *et al.* (2021, p. 8) "trata-se da maior crise capitalista da história, tendo, portanto, múltiplas determinações e expressões. É o próprio capitalismo que explica todas as dimensões da crise, não apenas econômica e social, mas também sanitária", ao mesmo tempo que aprofunda as desigualdades no plano internacional, nacional, regional e local, enquanto expressões da questão social presente na vida de um expressivo contingente da população que vive em diversos espaços territoriais dos 5.570 municípios brasileiros (IBGE, 2010), aprofunda o subemprego e acentua a superexploração da força de trabalho com impactos na vida de homens e mulheres. Essas transformações, atravessam o campo das relações sociais, fragilizando os direitos sociais, dentre os quais a Saúde pública e os meios de manutenção da vida, a Educação pública e as formas de sociabilidade primária e secundária³ com importantes implicações na subjetividade e nas políticas públicas sociais.

Essa complexa dinâmica nos coloca diante de "uma nova era de devastação, uma espécie de fase ainda mais destrutiva da barbárie neoliberal e financista que almeja a completa corrosão dos direitos do trabalho em escala global" (ANTUNES, 2018, p. 10), fazendo emergir um conjunto de necessidades tanto para o campo da intervenção, quanto para o da formação. Perspectiva que nos convoca, como assinala Yazbek (2010, p. 154), tanto a "decifrar as lógicas do capital, sua expansão predatória e sem limites", como também a "construir mediações para enfrentar as questões que se colocam no tempo miúdo do dia a dia da profissão", uma vez que "é nesse tempo que podemos partejar o novo, construir resistências, construir hegemonia".

Esta [re]configuração nas relações de produ-

ção e de atenção à crise sanitária causada pela COVID-19, tem implicações na formação profissional de assistentes sociais, na qual docentes e discentes enfrentam os desafios impostos pela dinâmica complexa que atravessa a sociedade brasileira com a regressão de direitos, do trabalho e o ensino remoto precários e os constantes ataques a universidade e a produção de conhecimento. Formação esta que defende a necessidade de formar profissionais críticos, capazes de compreender e de problematizar o movimento da realidade.

No campo do Serviço Social, torna-se fundamental destacar sua íntima ligação com as interfaces da questão social e a "desigualdade fundante que a constitui, no atual contexto de transformações estruturais e conjunturais que se processam sob a dominância do capital financeiro" (YAZBEK, 2018, p. 184). O que requer do protagonista da atividade de trabalho – seja ele o profissional ou o estudante em formação – tecer resistências e a defesa das bases teórico-metodológicas que constituem a formação profissional com vistas a enfrentar o imediatismo *da* e *na* realidade, uma vez que a formação e o trabalho profissional, constituem um binômio que não pode ser dicotomizado por fazerem parte da história, daí a importância de "realizar uma breve retrospectiva histórica para tentar explicar o desastroso contexto presente" (PRATES, 2019, p. 1).

[...] é na conexão com essas forças vivas da história que somos desafiados a preservar e avançar em conquistas profissionais, superando qualquer tônica endogenista, participando ativamente da construção de projetos coletivos e de alternativas de enfrentamento à barbárie que assola a sociedade brasileira (IRINEU *et al.*, 2021, p. 11).

No âmbito da formação profissional do assistente social tem sido requerido da profissão ao longo da história ser capaz de transitar da dimensão do *imediato* para o *emergente*. Nesse sentido, pensar a formação requer a compreensão desse processo e de sua [re]configuração no denso tecido da história que continuamente é

³ Para um aprofundamento consultar: CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998. Ver especialmente a p. 48 *et seq.*

atravessado por profundas transformações em suas dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais, ou seja, destaca-se uma perspectiva que incorpore o *emergente da e na* profissão.

É no bojo desse processo que o artigo se propõe a refletir sobre a formação profissional do assistente social inserida nesse processo histórico, dando-se nas interfaces entre o processo formativo *da e na* universidade, e o fazemos mediado pelo desafio de construir propostas para o enfrentando no tempo presente desse contexto de crise do capitalismo, de contrarreformas do Estado⁴ e de pandemia da COVID-19 que desafiam o campo da formação e da pesquisa, da intervenção e da ciência e que tem acentuado inúmeros desafios no que se refere à materialização das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

O artigo constitui um recorte da pesquisa de doutorado ora em curso no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, que tem como objeto de análise a formação no âmbito do Serviço Social na sua relação intrínseca com a história em uma perspectiva de longa duração. Trata-se de uma discussão analítico conceitual com base na literatura especializada sobre a temática, cujo recorte está organizado primeiramente, com base na dimensão das transformações societárias e os impactos da crise capitalista e da crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19, na sociedade. Na sequência, analisamos a formação *do e no* Serviço Social destacando os principais marcos conceituais, temporais e legais da profissão, com ênfase nos desafios postos à formação em tempos de crise.

Entre a crise do capital e a pandemia da COVID-19

Na atualidade, o Brasil, enfrenta múltiplos obstáculos, fragilidades e desafios, que requebrem do protagonista da atividade de trabalho a

realização de uma rigorosa análise da estrutura e da conjuntura levando em consideração as articulações, tensões e potencialidades presentes na realidade, com impactos na formação, nas políticas públicas e sociais, na educação e na dinâmica do trabalho. Assinala lamamoto (2019, p. 34) que vivemos tempos de mundialização do capital e de crise, tempos de paradoxos que "expressa[m] simultaneamente o crescimento das desigualdades decorrentes da financeirização das relações econômicas na era da 'acumulação flexível', com regressão e destruição de direitos conquistados". Chesnais (2005, p. 25) tem assinalado que a mundialização do capital é resultado de dois movimentos conjuntos, mas distintos entre si. O primeiro refere-se a fase mais longa de "acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914", já o segundo refere-se "às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980" (2005, p. 25).

No que tange ao processo de financeirização, Chesnais (2005, p. 47) afirma que este é constituído de três elementos, a saber: a "desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a descompartmentalização dos mercados financeiros nacionais e a desintermediação, a saber, a abertura das operações de empréstimos, antes reservada aos bancos, a todo tipo de investidor institucional". Essa dinâmica de mundialização e financeirização "insere-se num amplo movimento de reconfiguração do capitalismo, ancorado pela grande indústria transnacional em estreita associação com o mundo das finanças e com os interesses do capital rentista" (RAICHELIS, 2013, p. 612).

Esse movimento evidencia que "as crises no capitalismo não são fenômenos eventuais, mas processos imanentes que se manifestam cíclicamente em função da tendência de queda da taxa de lucros [...] em contextos de baixos

⁴ Considerando o caráter regressivo e destrutivo da denominada "reforma do Estado" encampada a partir dos anos 1990 no tocante às conquistas democráticas e aos direitos sociais, estando, assim, na contramão do sentido ao termo reforma, incorporamos sua denominação como contrarreforma, inspirando-nos em autores como Behring (2003).

salários e desemprego crescente" (RAICHELIS, 2013, p. 610) atingindo patamares com profundas transformações econômicas, sociais e políticas, correlacionadas com as fragilidades do viver em presença e em tensão com a busca pela saúde, assistência, educação e pelos demais direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988.

A crise não se restringe à sua dimensão econômica, mas abarca a dimensão da reprodução social e seus processos sociopolíticos institucionais, como também a singularidade da vida cotidiana de homens e mulheres. Esta crise atinge tanto a esfera econômica como a social e a cultural. Desse modo, "apreender hoje a crise sistêmica/estrutural do capital requer entender que ela ativa dois elementos antagônicos e associados, a saber: a restauração capitalista e a barbárie, instaurando '*novos/velhos tempos conservadores*'" (BEZERRA; MEDEIROS, 2021, p. 58, grifo dos autores), assim, o capitalismo lida com as crises cíclicas como aspecto intrínseco ao seu desenvolvimento. Contudo, Mézáros (2010) analisa que a crise capitalista que surge, a partir de 1970, é de natureza estrutural, pois afeta a totalidade de um complexo social em todas as suas partes constituintes, além de outros aspectos aos quais é articulada, nesse sentido, "uma crise não estrutural, em vez disso, afeta apenas algumas partes do complexo em questão e, assim, não importa o grau de gravidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global" (MÉSZÁROS, 2010, p. 71). Assim, uma crise estrutural não está relacionada aos "limites relativos", mas aos "limites últimos" de uma estrutura global.

Na perspectiva de Mendes (2015, p. 68), "quando se refere à natureza da crise capitalista, é possível afirmar que o Estado exerce papel fundamental na sua constituição, à medida que é forma necessária desse modelo de reprodução social capitalista". Assim, para entendê-la é necessário compreender duas formas determinantes da sociabilidade capitalista, sendo que a primeira delas consiste na "forma mercadoria/forma valor e a forma política estatal, acrescentando, ainda, uma terceira: a forma jurídica [...].

Esta última também entra em crise, colocando em xeque os direitos sociais – o direito à saúde" (MENDES; CARNUT, 2020, p. 17). Assinala Netto (1981, p. 71) que a sociabilidade capitalista opera "abrigo e recolhendo as antigas formas de alienação repõe-nas em outro nível – justamente o engendrado pelo fetichismo".

Frente a essa dinâmica, a saída que o capitalismo tem buscado para essa crise gira em torno dos ideários neoliberais onde a mediação política do Estado "torna-se cada vez mais autoritária e repressiva sobre os trabalhadores, visando à contenção das insatisfações sociais diante da incapacidade do capital de oferecer condições materiais de existência minimamente aceitáveis" (PANIAGO, 2012, p. 70). Cumpre destacar que no tempo de vigência do neoliberalismo, a partir de 1980 até a atualidade, não foi possível identificar a retirada do Estado da economia, o que se assistiu foi "o efeito desse processo consubstanciado sob a forma do tripé juros altos/ metas de inflação/ *superávit* primário e valorização da moeda [que] restringe a possibilidade de gastos públicos, mesmo os sociais, incluindo a saúde" (MENDES, 2015, p. 68).

Boschetti e Teixeira (2019, p. 70) assinalam o "argumento neoliberal falacioso de que o motivo da crise está relacionado ao excesso de gastos públicos, de fato, o ajuste fiscal no país foi intensificado nos últimos quatro anos em benefício das ambições do capital". Nesse sentido, a soma das medidas neoliberais "ocasiona efeitos deletérios para os serviços públicos uma vez que abre espaço para a privatização de empresas estatais bem como ocasiona a restrição de gastos na área social e impõe reformas fiscais" (SALVADOR, 2008, p. 88). A combinação entre "neoliberalismo, financeirização da economia e reestruturação produtiva acarretou profundas transformações na composição da classe trabalhadora e em sua morfologia" (ANTUNES, 2018, p. 20), contexto no qual a articulação entre educação, formação, trabalho, direitos e proteção social sofre os impactos das transformações estruturais do capitalismo que atingem duramente o trabalho assalariado e as relações de trabalho, levando

à redefinição dos sistemas de proteção social e da política social.

Esse "novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador de aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual" (MÉSZÁROS, 2011, p. 69). Aliam-se a esses rebatimentos de caráter estruturais, econômicos, políticos, sociais e culturais a presença de um contexto de fragilização da dimensão universal das políticas sociais públicas e de crise sanitária, com suas repercussões nas condições sociais e de vida da população usuária das diversas políticas sociais nas quais o assistente social está inserido.

As contrarreformas neoliberais principalmente a Emenda Constitucional n.º 95 são formas dessa intervenção estatal que tem fragilizado cada vez mais "o já precário funcionamento do SUS (Sistema Único de Saúde), do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), da Previdência Social, ou seja, exatamente as políticas de Seguridade Social que neste momento estão sendo demandadas para ações emergenciais e preventivas" (YAZBEK; RAICHELIS; SANT'ANA, 2020, p. 208), somam-se a essas medidas destrutivas "a radical privatização, que destrói *direitos trabalhistas* [...] *a universidade pública e o ensino superior federal público*, pressionando sua privatização com o contingenciamento total ou parcial de verbas" (IAMAMOTO, 2019, p. 32, grifo da autora).

[...] na verdade, o que está em jogo nessa conjuntura política é a ruptura do pacto que se construiu em torno da Constituição Federal de 1988, com base na ideia que ela não cabe no orçamento, que os direitos sociais oneram demais o fundo público, disseminando-se a 'cultura da crise' como responsabilidade de toda a sociedade (YAZBEK; RAICHELIS, 2018, p. 47).

O acirramento da austeridade econômica, conforme destaca Pereira, Duarte e Santos (2021, p. 3) "vem produzindo um modelo de democratização da pobreza atrelado à democratização da política. As contradições desse processo fazem com que a democracia burguesa assuma um viés ainda mais restrito" levando a uma [re]configuração na atuação do Estado frente as expressões

da questão social. Nessa perspectiva, assinalam Teixeira e Neves (2018, p. 154) que "a forma de intervenção estatal tem sido a focalização em políticas sociais, sendo, portanto, funcionais ao capitalismo", ao mesmo tempo que "contribuiu para debilitar as condições de reivindicações da classe trabalhadora e fortalecer as tendências de ampliação da exploração da força de trabalho" (2018, p. 154) configurando-se como condições essenciais na atual crise estrutural do capital. Apenas para ilustrar, a política social é um conceito complexo, que não condiz com a "ideia pragmática de mera provisão, ato governamental, receita técnica ou decisões tomadas pelo Estado e alocadas verticalmente na sociedade para além de um conceito" (PEREIRA, 2014, p. 24), isso em virtude de que a política social constitui "um processo internamente contraditório, que simultaneamente, atende interesses opostos" (2014, p. 24).

Decorre desse fato a exigência de um esforço "mais aprofundado de conhecimento dos seus movimentos, tendências, contratendências e relações, com vista ao estabelecimento de estratégias de políticas dialeticamente interligadas" (PEREIRA, 2014, p. 24) uma vez que "não existe direito sem sua concreta realização e sem suas mediações e a Política Social é sem dúvida mediação fundamental nesse sentido" (YAZBEK, 2018, p. 191) à medida que podem ser vistas como mecanismos pelos quais o Estado atua sobre as demandas que emergem por intermédio da sociedade civil e das classes sociais em disputa.

No campo da Educação pensada como "uma política social pública voltada à formação de força de trabalho altamente qualificada, à produção de ciência, de tecnologia encontra-se sujeita às forças contraditórias que nela incidem" (IAMAMOTO, 2019, p. 23), ou seja, a autora refere-se tanto às forças "que impulsionam a financeirização da vida social para desenvolver as forças produtivas sociais do trabalho e alimentar superlucros dos monopólios no mercado mundial, quanto dos interesses do conjunto das classes subalternas na busca de seus direitos e na luta por seus interesses coletivos" (2019, p. 24).

No capitalismo contemporâneo, especificamente, nas três décadas de existência do Sistema Único de Saúde, ocorreram "permanentes ataques às políticas de direitos sociais, em particular à saúde pública universal no Brasil [...] com recorrentes embates e sinais claros de redução de sua sustentabilidade financeira" (MENDES; CARNUT, 2020, p. 11). Esses "parâmetros têm sido colocados em xeque, submetidos à lógica da redução dos gastos públicos e da ampliação da relação público-privada que fragiliza o caráter universal da política de saúde historicamente construída" (ARAÚJO; JOAZEIRO, 2019, p. 34-35).

Assim os efeitos da crise do capitalismo sobre as políticas sociais públicas são inegáveis à medida que se somam ainda à crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19, que intensificou os efeitos de uma crise já existente e que funciona como um meio para a acumulação e exploração da força de trabalho, ou seja, é uma crise sanitária que engendra uma crise estrutural do capital. Antunes (2020), analisando o contexto da pandemia revela que:

[...] a crise do coronavírus, a crise econômica e a interconexão profunda que há entre elas vêm impactando profundamente a classe trabalhadora. Desde logo, presenciamos um processo de ampliação do empobrecimento e dos níveis de miséria em amplas parcelas e segmentos dessa classe, cujo cotidiano é pautado ou por uma intensa exploração do trabalho e precarização ou, o que é ainda mais brutal, pelo flagelo do desemprego, subemprego e da informalidade, fenômenos explosivos e que têm uma dimensão global (ANTUNES, 2020, p. 180).

No Brasil, a pandemia do novo coronavírus avança em uma conjuntura de inúmeros retrocessos na sociedade e na Política Pública de Saúde, que se agravam com o "negacionismo do governo federal expresso em uma não-ação-ativa no enfrentamento da COVID-19, colocando em questão as principais estratégias de contenção do vírus – o isolamento social e a vacinação" (SILVA; CASTRO; SOUZA, 2021, p. 35).

O peso e os efeitos dessas medidas são vivenciados de formas distintas pela população, com maior impacto na classe trabalhadora e no contingente expressivo da população que vive

em situação de vulnerabilidade social, cujo maior número de mortes pela COVID-19 "encontra-se entre a população mais empobrecida, em sua maioria negros(as), pretos(as) e pardos(as) que, historicamente, sofrem do racismo estrutural, desde o período de colonização na formação sócio-histórica do Brasil" (ABRAMIDES, 2021, p. 30), o que revela que as necessidades verdadeiramente humanas são sempre submetidas aos interesses do lucro e do desenvolvimento econômico. Esse contexto coloca novos desafios e o aprimoramento para a formação e para a intervenção profissional, além do fortalecimento do conhecimento das competências teórico-metodológicas, ético-políticas, técnico-operativas e investigativas.

A pandemia requisitou conhecimentos técnicos de proteção e do manuseio de tecnologias de informações, bem como da construção de instrumentos e técnicas de intervenção que se enquadrassem na nova modalidade de atenção e de cuidado. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de situar o Serviço Social e os desafios *da* e *na* profissão em face das intensas mudanças na atual conjuntura social brasileira e nos retrocessos praticados sobre as políticas públicas, o que tem levado à fragilização das políticas sociais e colocado em risco os direitos historicamente conquistados.

Trata-se de uma profissão legalmente reconhecida que possui uma direção social estratégica e que expressa "um projeto social compromissado com os interesses históricos da massa da população trabalhadora e com a construção de uma nova sociedade" (BARROCO, 2008, p. 229-230). Fato que requisita desse profissional compreender que o processo de leitura da realidade precisa ser analisado como parte de um movimento específico carregado de complexidades, todavia para fazê-lo precisamos ter um projeto de sociedade e de formação que seja capaz de potencializar a ciência e a ética, com vistas a defender os direitos conquistados historicamente e os em processo de construção, a saúde e a vida nesse tempo e para além dele.

Serviço Social e formação em tempos de crise do capital e pandemia: desafios *da* e *na* atualidade

No Brasil, o assistente social é um profissional de nível superior que possui formação científica, crítica, de caráter investigativo e interventivo cuja dimensão do exercício profissional é de natureza teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Esse profissional realiza o seu trabalho diante das determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa e respondendo a elas, "consiste em uma totalidade de diversas dimensões que se auto implicam, se autoexplicam e se determinam entre si" (GUERRA, 2017, p. 49) tendo como objeto de intervenção a questão social, que diante da atual conjuntura de crise econômica e sanitária se agrava sob o controle da administração do Estado.

A formação profissional do assistente social tem como base a Lei n.º 8.662/ 1993 que regulamenta a profissão, o Código de Ética do Assistente Social (1993), as Diretrizes Curriculares da ABEPSS⁵ (1996), a Resolução CFESS⁶ n.º 533/2008 que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010). Nesse sentido,

[...] a formação profissional do Serviço Social não pode ser vista apenas a partir da demanda já estabelecida socialmente: ela tem a função de, a partir de um distanciamento crítico-analítico do panorama ocupacional, apontar as possibilidades teórico-práticas da profissão apresentadas pela própria realidade (IAMAMOTO, 2015, p. 192).

A intervenção profissional do assistente social "se materializa na relação entre 'sujeitos' que vivem em sociedade, ou seja, ela se realiza numa relação entre homens e mulheres concretos, ela está na história. Contudo a história está sempre em processo de tessitura" (JOAZEIRO, 2018, p. 68).

Assim, ao pensarmos a formação profissional *do* e *no* Serviço Social estamos nos referindo ao diálogo necessário que é requerido de *quem* o realiza, seja a(o) profissional ou a(o) estudante

em formação, visando compreender o *corpus* de conhecimento da profissão e sua relação com a decifração do cotidiano do exercício profissional no Serviço Social "pois entende-se que o Serviço Social não atua apenas *sobre* a realidade, mas atua *na* realidade" (IAMAMOTO, 2015, p. 55, grifo da autora). Significa ter em mente o *lrel*conhecimento do *corpus* conceitual da profissão e de como esse se articula ao processo de formar e de aprender a trabalhar e de como essa aproximação do exercício profissional se dá ancorada nos conceitos e categorias de análise da profissão.

O protagonista do trabalho, ou seja, *quem* o realiza, precisa ancorar sua perspectiva de análise, visando avaliar as situações, indagar os sentidos e escolher um modo de realizar a *sua* intervenção, considerando os parâmetros e pressupostos conceituais, éticos e políticos da formação profissional do Serviço Social. Ao refletirmos sobre a formação profissional *do* e *no* Serviço Social dando-se nas interfaces entre os desafios *da* e *na* atualidade, consideramos que nesse espaço estão presentes "conhecimentos de natureza híbridos, que são *lrel*convocados cotidianamente para a realização do trabalho" (JOAZEIRO, SCHERER, 2012, p. 287). Desse modo, é necessário compreender a atividade de trabalho e a formação em uma perspectiva capaz de dialogar com outros e novos pontos de vista, ao mesmo tempo que contribui para formar profissionais capazes de tecer relações de trabalho coletivo com qualidade sinérgicas.

Esse compromisso histórico coloca como imperativo ético para a profissão, novas necessidades e o fortalecimento de competências éticas, teóricas e técnicas no enfrentamento da questão social em consonância com o Projeto Ético-Político da profissão, ao mesmo tempo, que a formação desse profissional "exige total atenção e compromisso político e pedagógico, pois, temos aí a disputa da direção social dessa profissão" (CARDOSO; CANÊO, 2021, p. 72), ou seja, uma formação que envolva a dimensão de valores, a construção de uma postura ética no mundo e o

⁵ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

⁶ Conselho Federal de Serviço Social.

compromisso político com a sociedade.

No que tange à importância de uma formação crítica na atualidade, queremos destacar que o projeto de profissão "desde o final da década de 1970 disputa tal hegemonia consolidando-se fortemente nos anos [de] 1990" (CARDOSO; CANÊO, 2021, p. 73), projeto este resultado de um processo de ruptura com o conservadorismo, que orientava o Serviço Social desde a sua gênese. Boschetti (2015) reitera que a profissão tem sua gênese sob uma perspectiva conservadora com dois traços essenciais,

[...] o primeiro se gestou como profissão da prática na divisão sociotécnica do trabalho, como resposta conservadora às expressões da questão social [...]. O Segundo, surgiu como profissão subalterna às Ciências Sociais, como profissão técnico-operativa, pragmática, avessa a formulações teóricas e à produção de conhecimento e sustentada teoricamente nas produções das Ciências Sociais, com ênfase no pensamento mais conservador (BOSCHETTI, 2015, p. 640-641).

A reação a essa herança conservadora, denominada por Netto (2009) como intenção de ruptura, tem sua gênese nos anos de 1960 e ganha densidade a partir do final dos anos 1970, ao forjar "coletivamente o Projeto Ético-Político, que tem no Congresso da Virada de 1979 sua mais emblemática expressão" (BOSCHETTI, 2015, p. 640-641). Um olhar atento para esse percurso da profissão no decorrer do tempo, revela que nesse processo está expressa a relação entre a parte e o todo, uma vez que permite a aproximação do arcabouço conceitual e das perspectivas analíticas da profissão e da formação profissional no seu diálogo histórico com a dinâmica da sociedade.

Uma análise criteriosa da linha do tempo materializada na Figura 1, demarca no contínuo do tempo esse importante momento de renovação do Serviço Social brasileiro, ao mesmo tempo que revela sua trajetória histórica *da e na* profissão, onde coexistem momentos de continuidade e de ruptura ancorados em debates e nas condicionalidades históricas nas quais a profissão está inserida.

Nos anos de 1980, a profissão faz uma aproximação com a tradição marxista, dando densidade

de às análises e fortalecendo essa perspectiva analítica e o arcabouço conceitual da profissão, marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social no qual consistem conforme assinala Yazbek (2018, p. 48) "na matriz explicativa da realidade e da profissão. Permeando a interlocução entre o Serviço Social e a realidade" e do avanço do Projeto Ético Político da profissão. Destaca-se também a proposta de aprovação do Currículo Mínimo de 1982, "primeira expressão de um projeto crítico de formação do Serviço Social constituindo-se um processo de transição, que parte da superação do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade" (GUERRA, 2018, p. 27).

[...] que teve o importante papel de articuladora das escolas de Serviço Social em âmbito nacional [...] além deste currículo, a perspectiva emancipatória se expressa, nesta mesma década no Código de Ética de 1986, demarcando a tomada de direção intelectual e política desta perspectiva na categoria (CARDOSO; CANÊO, 2021, p. 72-73).

Guerra (2014) afirma que na profissão há uma tendência histórica, que precisa ser enfrentada, que consiste na tendência a permanecer na esfera daquilo que a autora denomina como o imediato, afastando-se da dimensão de análise do emergente. Na sua perspectiva de análise, o fenômeno "emergente" contempla a necessidade de [re]conhecer os processos que se insinuam, que se encontram latentes aos fenômenos, nesse sentido, a intuição, a sensibilidade, a repetição de experiências, a utilização de modelos não basta. Assinala a autora que é necessário distinguir as intervenções profissionais voltadas às situações imediatas, daquelas que se encontram abertas aos fenômenos emergentes. Na sua concepção, para atuar "no nível do imediato, a ação profissional pode limitar-se à manipulação de variáveis do contexto empírico" (GUERRA, 2014, p. 67).

O imediato está adstrito à dimensão do aqui e agora, assim sendo, tanto pode remeter à necessidade em saúde, quanto à necessidade de sobrevivência ou ainda a outra dimensão específica da sociabilidade. O emergente é uma dimensão que está em processo de constituição, sendo que no momento da intervenção, o prota-

gonista da atividade é interpelado a compreender suas tendências e seu dever, visa portanto a apreensão sobre a quais tipos de políticas tais necessidades estão associadas; à quais dimensões históricas estão interligadas, uma vez que as ideias que emergem da cotidianidade tendem a não problematizar a relação entre cotidiano e concepção teórica.

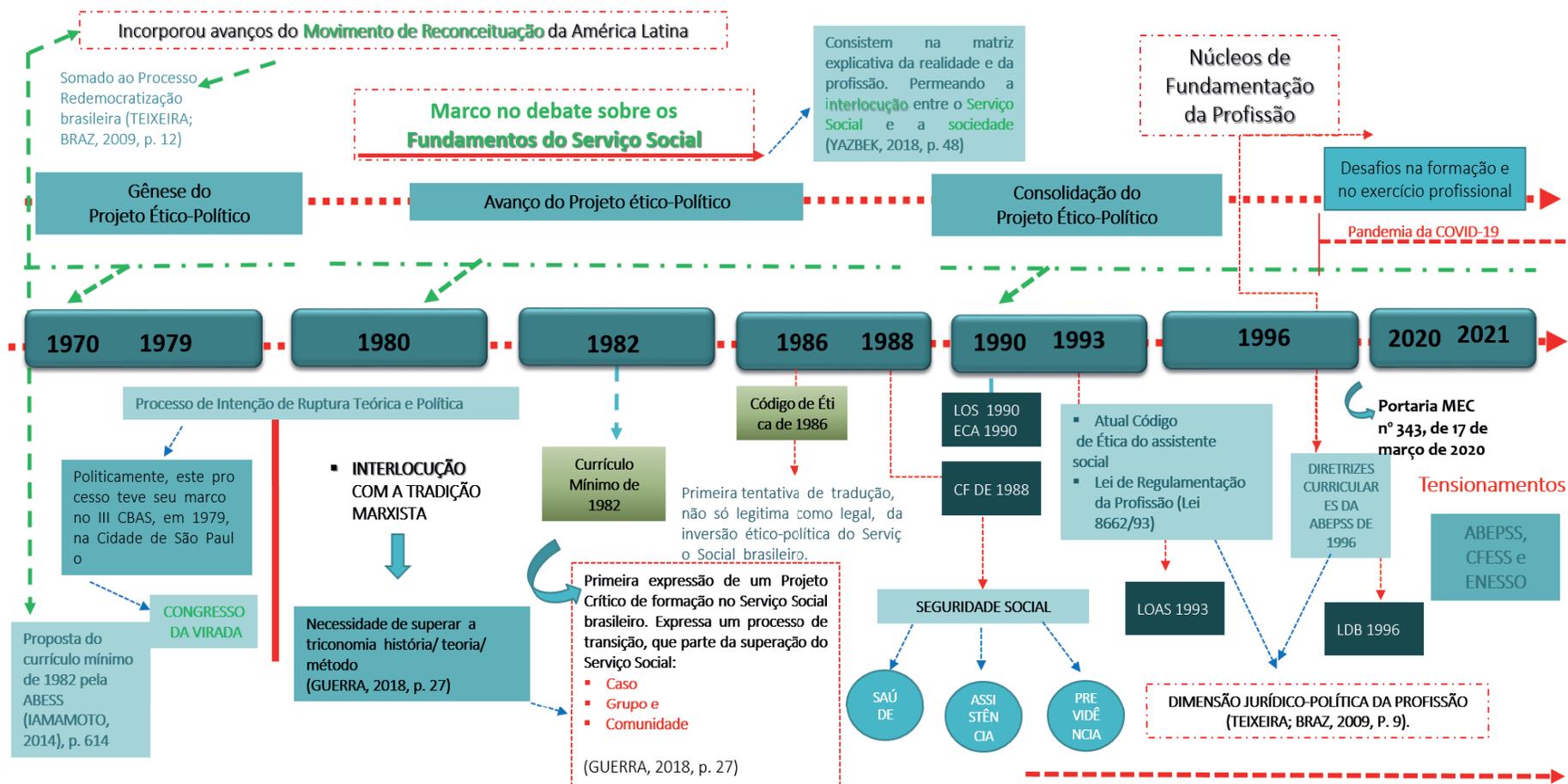
Na distribuição temporal materializada na linha do tempo (Figura 1) também está disposto um conjunto de acontecimentos (SOUZA, 2009) que representou um importante avanço para a sociedade brasileira, refletido, nos direitos promulgados na Constituição Federal de 1988, os quais representaram uma importante transformação na extensão dos direitos sociais, uma vez que com ela é inaugurado um novo período onde o "modelo da seguridade social passa a estruturar a organização e o formato da proteção social brasileira, em busca da universalização da cidadania" (TEIXEIRA, 2009, p. 745).

Esse movimento da história propõe dilemas ao protagonista da atividade do Serviço Social em virtude da necessidade de intervir diante das múltiplas expressões da questão social presente no cotidiano do exercício profissional, e na sua relação direta ou indireta com o usuário, haja vista que o trabalho do assistente social se dá imerso na trama da história do tempo presente, cujo horizonte está voltado para o futuro próximo e para o dever sendo requisitada cotidianamente novas formas de lidar com as expressões da questão social, exigindo novos modos de formar para o exercício profissional *do e no* Serviço Social. Ao mesmo tempo, que é possível compreender como a profissão no decorrer de sua história, foi constituindo seu *corpus* conceitual, normativo e axiológico, tendo gradualmente se afastado do paradigma da caridade e construindo um arcabouço teórico e interventivo capaz de compreender as [re]configurações que se apresentam no contínuo do tempo.

Figura 1 – Linha do tempo dos principais marcos conceituais, legais e históricos do Serviço Social brasileiro



As contradições da realidade que põe e repõe os elementos que historicamente compõem perfis profissionais, requisitando assistentes sociais que sejam contemporâneos do seu tempo, para o que se faz necessário uma formação que seja capaz de responder aos dilemas da atualidade (GUERRA, 2018, p. 25)



Fonte: Elaboração própria das autoras (2021).

A formação do Serviço Social, com base nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), adotou uma nova perspectiva analítica e conceitual na matriz curricular do Curso de Serviço Social e alterou a organização do currículo com base em disciplinas, para uma proposta estruturada em torno dos Núcleos de Fundamentos da Formação Profissional do Serviço Social: Núcleo de Fundamentos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Realidade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, que expressam, sob uma perspectiva crítica e dialética, os conhecimentos constitutivos para a formação em Serviço Social em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (ABEPSS, 1996).

Nessa perspectiva, a formação deve ser "situada nas entranhas das reais e concretas contradições que marcam a conjuntura atual, as quais cada vez mais são escamoteadas pela ideologia dominante e deslocadas do centro para a periferia" (GUERRA, 2018, p. 26). Torna-se importante assinalar que o Código de Ética do assistente social e a Lei de Regulamentação da profissão, ambos de 1993, também foram referências fundamentais para a elaboração das Diretrizes Curriculares de 1996. Contudo, Cardoso e Canêo (2021, p. 73) assinalam que passados quase vinte anos da aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, os desafios só se ampliaram com o "aprofundamento da política neoliberal nas décadas subsequentes e, nos últimos dez anos um duro processo de radicalização do conservadorismo em nível mundial, com características bem peculiares no Brasil". Aliam-se a esse contexto a crise capitalista e a crise sanitária causada pela COVID-19 marcadas por um "governo brasileiro, com suas feições irracionistas, que vem lidando com a pandemia de maneira extremamente isolada das articulações construídas mundialmente para conter a doença e amenizar seus efeitos mais extremos" (IRINEU *et al.*, 2021, p. 10).

Na perspectiva analítica de Antunes (2020) o desenvolvimento econômico do capitalismo

não possui limites para a sua expansão e sua resultante é uma acentuada destrutividade, e que, é "no solo da crise estrutural do capital que a pandemia vem se proliferando intensamente e, em poucos meses, já levou à morte milhares de pessoas em todo o mundo, além de desempregar milhões de trabalhadores" (ANTUNES, 2020, p. 13). Assinala Harvey (2020) que o modelo de acumulação capitalista já se encontrava em declínio antes mesmo da pandemia "cuja referência é feita à crise estrutural do capital, uma vez que este modelo neoliberal assenta cada vez mais no capital fictício⁷ e numa vasta expansão na oferta de dinheiro e na criação de dívida" (HARVEY, 2020, p. 14).

Nessa conjuntura a história da profissão tem estado marcada pelo encontro com esse agravo a saúde, a morbidade e a mortalidade, colocando desafios no âmbito da formação e do exercício profissional à medida que a pandemia trouxe grandes consequências para o Ensino Superior público com a intensificação do trabalho docente "que se agrava com a imposição do ensino remoto emergencial como a única alternativa no período de isolamento social" (FARAGE, 2021, p. 50), e forma para não expor docentes, discentes e demais trabalhadores aos riscos decorrentes da COVID-19. Cumpre destacar que essa modalidade de ensino, segundo Melim e Moraes (2020) se distinguem da educação à distância (EaD), já consolidada e cada vez mais crescente, principalmente no âmbito do Ensino Superior.

As autoras destacam que a diferença entre essas modalidades de ensino é particular, uma vez que o ensino remoto surgiu como uma "resposta pragmática ao período estendido da quarentena" (MELIM; MORAES, 2020, p. 1), já a modalidade EaD "está prevista no artigo 80 da Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)" (MELIM; MORAES, 2020, p. 1) e possui um corpo de diretrizes para a sua efetivação, que incluem desde a previsão do acesso à tecnologia para assistir às aulas, até momentos presenciais como

⁷ Para um aprofundamento da temática sugerimos cf. Chesnais (2010), especialmente no capítulo a proeminência da finança no seio do "capital em geral", o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital, página 95 em diante. Cf. também Chesnais (1998), publicada em Chesnais (org.) A mundialização financeira: gênese, custos e riscos, especialmente, Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica, p. 249 *et seq.*

parte do processo formativo e avaliativo. Contudo, esse novo modelo de ensino tem contribuído para a precarização do trabalho na medida que os custos para a efetivação da atividade de trabalho são de responsabilidade do profissional e do discente,

[...] com diferentes nomenclaturas e narrativas, as propostas de Ensino Remoto Emergencial (ERE) apresentadas nas universidades do Brasil possuem visíveis fragilidades, em suas bases legais e em seus pressupostos pedagógicos e de planejamento das atividades de ensino, acentuando as tendências à improvisação e à desqualificação do processo, responsabilizando individualmente a docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem (ABEPSS, 2020, p. 2).

Assinalam Cardoso e Canêo (2021, p. 79-80) que, mesmo algumas universidades, sobretudo, as federais tendo apresentado "projetos e iniciativas de ampliação nos auxílios e de empréstimos de computadores [...] a evasão estudantil ainda pode aumentar frente ao corte adicional nos recursos do governo federal de quase 20% de 2020 para 2021 das universidades federais". Essa modalidade tem expandido a precarização do ensino, das condições de trabalho e do acesso ao conhecimento nos seus diferentes níveis à medida que distancia a articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão a qual está relacionada à comunicação entre universidade e sociedade, acentuando inúmeros desafios no que se refere à materialização das Diretrizes Curriculares da ABEPSS tendo em vista que,

[...] o quadro de medidas governamentais combina a flexibilização da legislação educacional com a drástica redução de orçamentos, o ataque à autonomia universitária e um discurso de negação da ciência e de desqualificação das áreas humano-sociais. Esta postura tem impactos na qualidade do ensino, na precarização das condições de trabalho e no acesso à educação nas unidades de formação públicas (IRINEU *et al.*, 2021, p. 12).

Retomando à Linha do Tempo, é possível apreender que diante desse contexto, as entidades organizativas da categoria, no Serviço Social, vêm

se posicionando em face da Portaria Ministerial do Ministério da Educação MEC n.º 343, de 17 de março de 2020, que autorizou, em caráter excepcional, a realização do ensino remoto por intermédio da utilização de meios de tecnologias de informação e comunicação "e que, por sua vez, dada a ausência dos mecanismos concretos para sua viabilização – leiam-se políticas públicas –, vem causando impactos deletérios para a educação, aqui em destaque a superior" (FERNANDES; GOIN; ROCHA, 2021, p. 97). Assim, percebe-se que os efeitos do ensino remoto são nefastos para a Política de Educação, colocando em xeque a qualidade da formação, incidindo de modo acentuado na trama do processo de formação, de intervenção e de produção do conhecimento no fluxo do tempo, tendo requisitado cotidianamente novas formas de lidar com as expressões da questão social, exigindo novos modos de formar para o exercício profissional *do e no Serviço Social*.

Assinala Iamamoto (2015, p. 52) que um dos grandes desafios na atualidade consiste em "transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade". Assim, se pensarmos sobre a lógica que norteia o ensino remoto, apreendemos que o desafio da formação profissional se torna ainda maior, uma vez que nessa perspectiva de educação se privilegia a dimensão da transmissão de informações⁸. Fato que se constitui em um obstáculo a decifração das múltiplas expressões da questão social indispensáveis para a apreensão de sua historicidade e de sua relação processual.

Esse tipo de formação cria obstáculos ao desenvolvimento da capacidade de decifrar as expressões da questão social, uma vez que as relações que os assistentes sociais "tecem em sociedade não são diretas e nem transparentes, não se revelando de imediato" (IAMAMOTO, 2013, p. 230) o que requer desse profissional ser capaz de construir categorias analíticas que permitam balizar a aproximação e a leitura do cotidiano no exercício profissional.

⁸ Para um aprofundamento dessa temática sugerimos ao leitor consultar o artigo: MELIM, J. I. A Educação a Distância e a Distância da Educação: apontamentos para o debate sobre o exercício e formação profissional. *Serviço Social & Saúde*, (S. I.), v. 15, n. 2, p. 155-178, 2016.

No atual momento da história, atravessamos um tempo marcado por múltiplos obstáculos, fragilidades e desafios que tem requisitado do estudante em processo de formação, apreender a dinâmica "conjuntural e a correlação de forças manifesta ou oculta" (GUERRA, 2014, p. 268) uma vez que "as ações profissionais tendem não apenas a realizar o atendimento da necessidade imediata, como ainda a se vincular aos projetos sociais das classes que mediatiza" (2014, p. 268). Assim como, o profissional precisa estar atento ao movimento da realidade para acompanhar as transformações societárias que [re]convocam novas exigências e práticas, e que lhe impõe a apreensão de "um conjunto de saberes que extrapola a realidade imediata e lhe proporcione apreender a dinâmica conjuntural e a correlação de forças manifesta ou oculta" (2014, p. 268). A vivência cotidiana desse processo implica a necessidade do [re]conhecimento das múltiplas especificidades e continuidades da questão social, materializadas na vida concreta das populações, sem perder de vista, as múltiplas questões relativas à estrutura sócio-histórica.

Nesse sentido, as propostas a serem criadas pela profissão, diante desse contexto de implementação acelerada do ensino remoto emergencial, devem ser apreendidas sob uma perspectiva crítica, aliada ao compromisso teórico-metodológico e ético-político na direção do deciframento sócio-histórico da realidade social, ao mesmo tempo que, deve assegurar esses elementos constitutivos da formação profissional e de sua instrumentalidade que torne possível apreender as expressões da questão social em diversos territórios marcados por singularidades, especificidades e atravessados por questões estruturais e conjunturais que marcam os espaços sociais nas políticas nas quais o assistente social se insere.

O enfrentamento deste fenômeno sanitário, social, econômico, político e cultural requer buscar compreender as múltiplas e mútuas interfaces presentes no cenário atual, sendo imprescindível o envolvimento de políticas públicas, para minimizar os efeitos adversos da pandemia, exigindo

da profissão, seja no âmbito da universidade, seja no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais, "competência teórico-política para compreender a situação de crise humanitária e sua relação com a sociabilidade capitalista e intervir nesta realidade, segundo os fundamentos do Serviço Social" (NEGRI; SANTOS; KRÜGER, 2020, p. 2).

Desse modo, as implicações deste processo, no contexto de crise do capital que se acirram com a crise sanitária, e que por sua vez, acentua a desigualdade, não pode ocultar a presença intensa da *razão de conhecer* da profissão, ao longo do tempo de consolidação da profissão, de formação dos discentes que, gradativamente, se tornarão assistentes sociais. Entendendo que "razão de ser e razão de conhecer a/da profissão constituem-se em dois momentos de um mesmo movimento que se materializa na intervenção profissional do assistente social" (GUERRA, 2014, p. 269). Nessa perspectiva, para realizar uma análise aprofundada, que coadune as dimensões estruturais e as conjunturais dessas [re]configurações é requerido de *quem* as realiza que se ancore em orientações teóricas capazes de captá-las não somente em suas particularidades, mas em suas múltiplas determinações, enquanto momentos de uma totalidade.

Essa análise requer do protagonista da atividade de trabalho, uma atenção especial aos processos que tecem essa relação de interdependência e de interpenetração recíprocas, uma vez que, essas dimensões ora se retroalimentam ora causam obstáculos de continuidades e descontinuidades na relação espaço temporal, ao mesmo tempo, que requer [re]construir uma perspectiva de um olhar, ao mesmo tempo, crítico e sensível para as potências e fragilidades presentes nesses cenários. Assim, como demanda de *quem* realiza a atividade, a compreensão das "múltiplas [re]convocações de saberes que têm lugar nesse espaço de assistência, de formação, de defesa da vida e da cidadania, posto que as relações sociais que aí se realizam são interdependentes e se interpenetram" (JOAZEIRO, 2018, p. 214) nos diversos espaços sócio-ocupacionais nos quais o assistente social se insere. Esses processos

se situam no entrecruzamento entre estrutura, conjuntura, desenvolvimento tecnológico e produção do cuidado na vida do outro, nas mútuas e múltiplas interfaces da relação de poder local e da trama relacional do sujeito, na sua história individual e coletiva.

É nessa relação entre totalidade histórica e incompletude que a profissão transita, ao mesmo tempo, que é interpelada diuturnamente a ser capaz de (re)conhecer os traços *dessa* sociabilidade e de muitas outras dimensões que são essenciais nessa agenda de formação discente e de intervenção em defesa dos direitos, da saúde e da vida, posto que no cotidiano da história e das políticas sociais somos interpelados por desafios que nos obrigam a (re)construir os sentidos do trabalho e a criar novos conhecimentos e saberes mediadas por formas diferenciadas de intervenção *da e na* sociedade.

Considerações finais

No Brasil, os retrocessos estruturantes gerados pela crise capitalista no âmbito dos direitos sociais e das políticas sociais se intensificaram no contexto da crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19, que tornou mais visível as desigualdades sociais e conseqüentemente têm levado ao crescimento das necessidades sociais e de saúde dos segmentos da população. Esse processo evidencia a ofensiva da lógica mercantil na promoção do acesso ao direito à saúde e à educação com maiores implicações na vida de um contingente da população que vive em situação de vulnerabilidade social.

Essa conjuntura histórica e estrutural tem nos apresentado desafios a serem enfrentados no âmbito da intervenção, da ciência, da educação superior, da pesquisa e da formação, com destaque para a formação profissional *do e no* Serviço Social no âmbito da graduação e da pós-graduação, não bastasse o avanço da educação à distância e o aligeiramento da formação profissional, especialmente na educação superior, a pandemia trouxe a modalidade do ensino remoto, a qual tem contribuído com a expansão

e com a precarização do ensino, das condições de trabalho e do acesso ao conhecimento nos seus diferentes níveis.

Nesse contexto, a profissão tem sido desafiada a construir respostas diante da conjuntura atual, de implementação acelerada do ensino remoto emergencial, a partir de uma "análise concreta dessas demandas, articulação às lutas sociais, entre os sujeitos sociais coletivos envolvidos como professores, estudantes, pesquisadores, assistentes sociais" (ABRAMIDES, 2021, p. 32), assim como, é preciso enfrentar os limites e as contradições dessa modalidade de ensino, sem perder de vista sua excepcionalidade diante do contexto do distanciamento social, com vistas a assegurar a defesa da universidade pública, considerando o papel fundamental que a mesma tem desempenhado na produção do conhecimento.

Cabe ainda à profissão, assegurar a defesa do projeto de formação profissional, de uma formação crítica tendo em vista as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que, articuladas, proporcionam ao estudante em processo de formação, o reconhecimento das expressões da questão social materializadas na realidade social pelas características de um país marcado por profunda desigualdade social. No Projeto Ético-Político do Serviço Social é possível identificar a dimensão política da profissão, que atua no movimento contraditório da ordem capitalista e que imprime direção social às ações (NETTO, 2009). É nessa relação entre horizonte e a viabilidade histórica que a formação vai se constituindo, revelando potências, fragilidades, confrontos e itinerários singulares, na busca do fortalecimento entre a razão de ser e razão de conhecer da profissão, ampliando as condições para uma formação crítica, ética e com base em uma perspectiva de totalidade, marcada por uma visão teleológica que fortaleça a profissão e a política pública.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/

Brasil), pela bolsa de doutorado concedida.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Serviço Social e lutas sociais: desafios profissionais em tempos de barbárie. *Temporalis*, Brasília, ano 21, n. 41, p. 19-33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34830>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996. *Cadernos ABESS*, São Paulo, v. 7, p. 58-76, 1997.

ABEPSS. Nota sobre trabalho remoto em tempos de pandemia: em defesa da graduação e pós-graduação em Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, ano 20, n. 39, p. 279-284, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/31105/20878>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. Prefácio. In: RAICHELIS, Raichelis; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (org.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018. p. 9-14.

ARAÚJO, Laina Jennifer Carvalho; JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. Direitos sociais em tempos de crise: desigualdades sociais e agravos à saúde. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 22, n. 44, v. 1, p. 21-44, 2019. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_44_art1.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021

BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BEZERRA, Angélica Luiza Silva; MEDEIROS, Milena Gomes de. Serviço Social e crise estrutural do capital em tempos de pandemia. *Temporalis*, Brasília, ano 21, n. 41, p. 53-69, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34423>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. O Draconiano ajuste fiscal no Brasil e a expropriação de direitos da seguridade social. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes (org.). *Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2019. cap. 3, p. 67-98.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; CANÊO, Giovanna. Desafios da formação profissional crítica em tempos de pandemia, neoliberalismo e conservadorismo. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 70-86, 2021. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis>. Acesso em: 5 jun. 2021.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 32-67.

CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do "capital em geral", o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 2010. p. 95-246.

CHESNAIS, François. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, François. (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 249-294.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 140, p. 48-65, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/vqzxmknYDzYpLKH5rwG4Ttc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2021.

FERNANDES, Laryssa Danielly Silva; GOIN, Marileia; ROCHA, Islânia Lima da. Capital pandêmico e ensino remoto: o posicionamento político do Serviço Social. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 87-101, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34819>. Acesso em: 24 jun. 2021.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2017. cap. 1, p. 39-70.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike, et al. (org.). *Coronavírus e a luta de classes*. Teresina; Fortaleza: Terra sem Amos, 2020. cap. 2, p. 13-23.

CFESS. *Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 9 maio. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e Conservadorismo no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/t7jmcDggvPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 maio. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional em Serviço Social: uma experiência em construção na América Latina. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 134, p. 13-33, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 jun. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (org.). *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019. p. 34-61.

IRINEU, Bruna Andrade *et al.* Crise do capital e pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em serviço social. *Temporalis*, Brasília, ano 21, n. 41, p. 7-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/35907>. Acesso em: 7 jun. 2021.

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. *Supervisão acadêmica e de campo: relação entre saberes*. Teresina: EDUFPI, 2018.

MELIM, Juliana Iglesias; MORAES, Lívia de Cássia Godoi Moraes. *Ensino remoto: porque dizemos não*. Texto para o debate. Vitória (ES): UFES, 2020. Disponível em: <https://wp.adufes.org.br/contribuicao/ensino-remoto-por-que-dizemos-nao>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MELIM, Juliana Iglesias A Educação a Distância e a Distância da Educação: apontamentos para o debate sobre o exercício e formação profissional. *Serviço Social & Saúde*, v. 15, n. 2, p. 155-178, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8648115>. Acesso em: 20 set.2022.

MENDES, Àquilas. A saúde pública brasileira no contexto da crise do Estado ou do capitalismo? *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, supl.1, p. 66-81, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902015000500066&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 jul. 2021.

MENDES, Àquilas; CARNUT, Leonardo. Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública brasileira. *SER Social*, Brasília, v. 22, n. 46, p. 9-32, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25260. Acesso em: 6 jul. 2021.

MÉSZÁROS, István. *A atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

NEGRI, Luiza Negri; SANTOS, Teresa dos; KRÜGER, Tânia Regina. *Atuação da/o Assistente Social em face da pandemia da Covid-19: orientações técnicas elaboradas pelo conjunto CFESS/CRESS*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 2020. Disponível em: https://suassccovid19.files.wordpress.com/2020/08/artigo_atuacaodoas.pdf. Acesso em: 6 jul. 2021.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2009.

PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) por 30 anos. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1723-1728, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000601723&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 jul. 2021.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da "crise" do Estado. In: MELO, Edivânia; PANIAGO, Maria Cristina Soares; ANDRADE, Mariana Alves de (org.). *Marx, Mézáros e o Estado*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. cap. 3, p. 11-27.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: MONNERAT, Giselle Lavinias; ALMEIRA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA, Rosimary Gonçalves de (org.). *A intersetorialidade na agenda das políticas sociais*. Campinas: Papel Social, 2014. cap. 1, p. 21-39.

PEREIRA, Camila Potyara; DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento; SANTOS, Liliam dos Reis Souza. Capitalismo dependente, Estado e autoritarismo no Brasil. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. e39228, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/39228>. Acesso em: 6 jul. 2021.

PRATES, Jane Cruz. Trabalho profissional do(a) assistente social: estratégias de resistência em tempos de regressão. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 1-7, 2019. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass>. Acesso em: 5 fev. 2020.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 116, p. 609-635, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nWD4BRgjxy4H54tJtXyxVst/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jul. 2021.

RAICHELIS, Raquel *et al.* Revista Serviço Social & Sociedade: 40 anos contribuindo para o pensamento crítico do Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 136, p. 497-517, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000300497&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2020.

SANTANA, Joana Valente; FERREIRA, Benedito de Jesus Pinheiro. Crise do capital e impacto da covid-19 na vida dos trabalhadores: desigualdades socioterritoriais na periferia e em regiões do Brasil. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, Ano. XXIV, n. 49, 2021, p. 123-148. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/51117/51117.PDF>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SALVADOR, Evilasio da Silva. Aspectos éticos. In: SALVADOR, Evilasio da Silva. *Fundo público no Brasil: financiamento e destino dos recursos da seguridade social (2000 a 2007)*. 2008. f. 395. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Leticia Batista; CASTRO, Marina Monteiro de Castro e; SOUZA, Rodriane de Oliveira. Crises econômica e sanitária: notas de continuidade. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 34-52, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34822>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SOARES, Raquel Cavalcante; CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da COVID-19. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 140, 2021, p. 118-133. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/B3QvfrsQcsNy6H3vP5ZrTmS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SOUZA, Herbert José de. *Como se faz análise de conjuntura*. 31. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Sandra Oliveira; NEVES, Daniela. Trabalho e assistência social no capitalismo dependente: uma análise marxista das chamadas políticas "ativas de mercado de trabalho". In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; LIMA, Rita de Lourdes de (org.). *Marxismo, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2018. cap. 6, p. 133-164.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e pobreza. *Revista Katálysis*, Florianópolis v. 13, n. 2, p. 153-154, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/n5fRj6CbctzZwBsnzvNyVpc/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em: 20 jun. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 8, n.1, p. 6-13, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/argumentum/article/view/12139>. Acesso em: 13 jun. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. *Serviço Social Em Revista*, Londrina, v. 21, n. 1, p. 183-194, 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/185146859-Servico-social-questao-social-e-politicas-sociais-em-tempos-de-degradacao-do-trabalho-humano-sob-o-dominio-do-capital-financeiro.html>. Acesso em: 20 maio. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita; BRAVO, Maria Inês; RAICHELIS, Raquel. 40 anos da Virada do Serviço Social: história, significados. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 136, p. 407-415, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dmcrvRtQxS5qCpDKWsJ6y5b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 maio. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma construção permeada de tensões, avanços e retrocessos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 1., 2018, Vitória (ES). *Anais [...]*. Vitória: UFES, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SANT'ANA, Raquel. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 138, p. 207-213, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3kgrXGbpd3T-SLjKCrBw9tkC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 maio. 2021.

Laina Jennifer Carvalho Araújo

Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), em Teresina, PI, Brasil; doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em Teresina, PI, Brasil. Bolsista CAPES/Brasil no Conservatoire National des Arts et Métiers, em Paris, França, pelo Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), Edital n.º 10/2022 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), em Teresina, PI, Brasil.

Edna Maria Goulart Joazeiro

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas, SP, Brasil; pós-doutorado em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em São Paulo, SP, Brasil; mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas, SP, Brasil; assistente social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), em Campinas, SP, Brasil; socióloga pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas, SP, Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em Teresina, PI, Brasil. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq, Brasil.

Endereço para correspondência

Laina Jennifer Carvalho Araújo; Edna Maria Goulart Joazeiro

Universidade Federal do Piauí

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, s/n

Centro de Ciências Humanas e Letras

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, sala 21

Ininga, 64049-550

Teresina, PI, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação das autoras antes da publicação.